

MEDIADORA DE SEGUROS RODRIGUES, LDA

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO : 2016

1 - Introdução

A MEDIADORA DE SEGUROS RODRIGUES, LDA, com sede social em Rua Eng. José Bastos Xavier Ala 2, nº 56 - AGUEDA, com um capital social de 30,000.00 €, tem como atividade principal Atividades de mediadores de seguros. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2016.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da MEDIADORA DE SEGUROS RODRIGUES, LDA, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

De acordo com a generalidade dos analistas, em 2016 registou-se um crescimento económico moderado, ligeiramente abaixo das projeções previamente efetuadas e do crescimento registado no período homólogo. Um dos principais motivos prende-se com o facto das políticas adotadas pelas maiores economias não terem ainda reestabelecido a confiança dos mercados, especialmente na Zona Euro. O clima de incerteza, marcado pela recente eleição da Administração Trump e pela agressiva política externa da Federação Russa, é reforçado pela falta de aprofundamento de compromissos político-económicos entre os países da União Europeia (UE), pela tibieza no regresso aos mercados dos países intervencionados, e pela desaceleração das economias emergentes. O continente europeu é particularmente marcado pelo pós-crise das dívidas soberanas, pelo impacto social, político e económico decorrente da crise dos refugiados do médio oriente e principalmente pela agitação da ordem política regional e internacional, da qual o Brexit é o principal acontecimento, e pela crise de diversas instituições financeiras europeias, com o consequente estrangulamento dos mercados nacionais.

2.1. A Nível Internacional e Europeu

De acordo com o mais recente World Economic Outlook do Fundo Monetário Internacional (FMI), a atividade económica a nível mundial terá registado em 2016 um crescimento positivo de aproximadamente 3% (3,1%) – ligeiramente abaixo dos valores de 2015 (3,2%) –, sendo que o Produto Interno Bruto (PIB) das designadas economias desenvolvidas apresenta, ao contrário de anos anteriores, uma tendência similar à das economias em desenvolvimento, em que se verificou um abrandamento económico na generalidade dos países. Apesar do paralelismo do ciclo económico em ambos os grupos, as economias dos países em desenvolvimento apresentam ainda volumes de crescimento bastante mais altos que as economias avançadas, decorrente do carácter mais insipiente das suas áreas produtivas. As economias avançadas apresentaram um crescimento muitíssimo ténue, na ordem dos 1,6% (face aos 2,1% do ano anterior), contra os 4,1% das economias emergentes (valor igual ao período anterior). Comparando os ritmos de crescimento dos EUA e da Zona Euro, verificamos que as previsões do ano transato estavam corretas, uma vez que os EUA tiveram um decréscimo da atividade económica na ordem de 1% (a economia americana fechou o ano de 2015 com um crescimento de 2,1%) e, na Zona Euro, este foi também um ano de desalavancagem da economia, com um crescimento económico estimado de 1,7% (0,3% abaixo do verificado no ano transato). Na globalidade, a economia europeia abrandou a retoma de crescimento económico iniciada em 2014 (na ordem dos 0,9%), que contrastava com a destruição de valor que ocorrera no ano de 2013 (na ordem dos -0,5%).

Esta retoma da economia europeia será mais modesta nos países cujas economias têm estado debaixo de elevada pressão, nomeadamente os mais pequenos e mais periféricos, muito em resultado das suas dívidas soberanas, a permanência da desconfiança dos mercados sobre o pós-crise, as dificuldades dos países e das empresas em se financiarem e da instabilidade do próprio sector financeiro (em países tão distintos como Portugal, Alemanha ou Itália). A crise política europeia marca mediaticamente a agenda quotidiana, estando, aparentemente, as ideias de unificação e convergência europeias mais dirimidas que antes. A nível interno, o Brexit acentuou este clima de desagregação potencial e de incerteza, agravado adicionalmente pelo

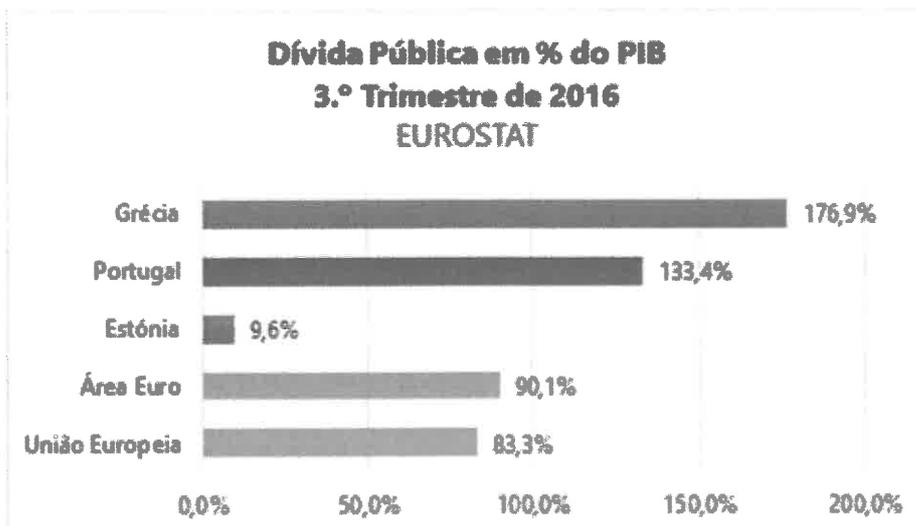
aparecimento de forças políticas com linhas programáticas mais radicais com significativo suporte eleitoral, dispersas por países como a França, a Holanda ou a Alemanha. As tensões políticas no quadro internacional, muito marcadas pelo ressurgimento de uma política externa russa mais agressiva e pela nova administração norte-americana, poderão pôr em causa o normal ambiente das relações diplomáticas e económicas, afetando, por isso, a ordem mundial.

A economia chinesa tem sofrido nos últimos anos uma desaceleração constante, ainda que não muito vincada, cifrando-se o crescimento do PIB chinês de 2016 em 6,7%, um nível de crescimento ligeiramente inferior ao de 2015. O crescimento da economia chinesa no ano anterior havia sido de 6,9%. As duas economias emergentes mais relevantes da América Latina, o Brasil e o México, apresentam divergentes estádios nas suas trajetórias de crescimento. A economia mexicana terá crescido a um ritmo inferior em 0,4 pontos percentuais ao verificado no ano de 2015 (2,6% em 2015, 2,2% em 2016). O Brasil tem mergulhado a sua economia num quadro de vincada destruição de valor, após uma primavera económica que prometia um crescimento sustentado que pudesse reformar estruturalmente o país e levar o Brasil a liderar economicamente toda a América Latina. O decréscimo do PIB rondará, segundo as estimativas, os -3,5% (-3,8% no ano de 2015), mantendo, desta forma, a destruição de valor na economia brasileira, decorrente principalmente da crise política e social em que o país mergulhou.

Ainda no que diz respeito aos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), a economia russa apresenta uma desaceleração considerável do ritmo de destruição de valor, particularmente intenso, verificado no ano transato. Enquanto que os dados de 2015 indicavam um crescimento negativo do PIB de -3,7%, em 2016 esse indicador deverá cifrar-se nos -0,6%. Segundo os mesmos apontadores do FMI, o Japão teve, em 2016, um crescimento positivo de 0,9% do PIB, valor inferior em 0,3% ao ano anterior, que se coaduna com a estagnação verificada nos anos de 2015 e 2014 e que, segundo o FMI, se acentuará no horizonte previsional 2017-2018.

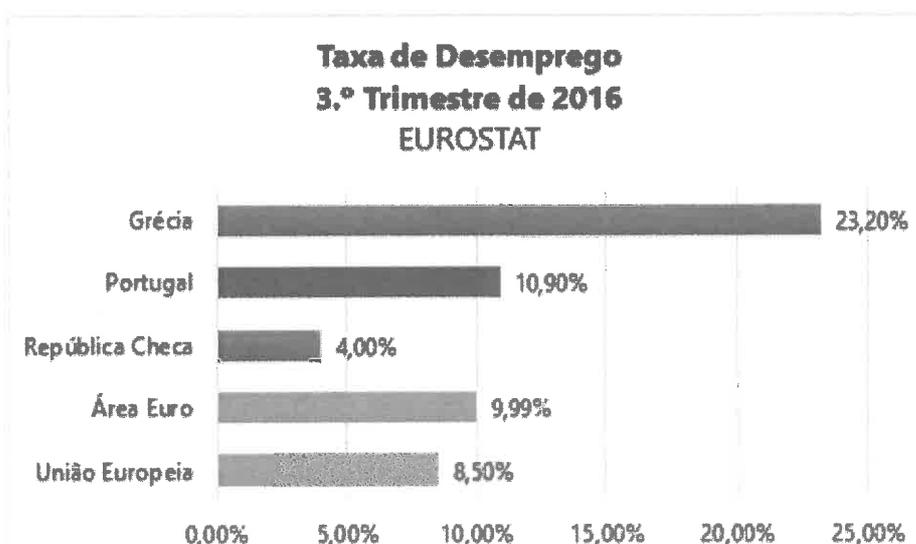
No que respeita ao mercado cambial, este tem evoluído de forma algo instável, na linha do que tem sucedido nos anos imediatamente anteriores. No início de 2015 a cotação EUR/USD era de 1,0898 e no fim do ano a mesma cotação era de 1,0541. Na mesma linha, em 2016, o euro desvalorizou-se face ao iene, conforme dados do Banco Central Europeu (BCE). Por seu lado, a libra esterlina depreciou-se face ao euro (a cotação EUR/GBP era de 0,7381 no final de 2015 e 0,8562 no final de 2016), em consequência da decisão de saída do Reino Unido da União Europeia que originou nos mercados alguma apreensão relativamente ao período de transição. A eliminação do limiar mínimo na cotação EUR/CHF realizada pelo banco central suíço em janeiro de 2015, fez com que a cotação do franco suíço subisse velozmente para valores próximos da paridade com o euro ao longo de todo o ano de 2015, de forma mais assinalável, e que se mantiveram com ligeiras oscilações durante 2016, tendo a cotação EUR/CHF fechado em 1,0739.

Como consequência dos excessivos défices públicos dos últimos anos, a dívida pública nas designadas economias desenvolvidas continua a atingir níveis que não eram tão elevados desde a Segunda Guerra Mundial. Os dados mais recentes apontam para rácios de dívida pública (em % do PIB), nos EUA de 104,8% (100,5% em 2015), 83,3% na UE (86,0% em 2015) e 90,1% na Zona Euro (91,6% em 2015). Portugal ultrapassou Itália e aparece no segundo lugar apenas atrás da Grécia. A Grécia mantém a liderança deste indicador com 176,9%, seguida de Portugal com 133,4% e de Itália com 132,7%. Numa análise meramente virtual ou académica, quer isto dizer que seria necessário um ano e um terço de laboração do conjunto da economia nacional, sem qualquer gasto fosse incorrido, para liquidar toda a dívida pública. Os principais déficits europeus são apresentados na figura seguinte (dados do Eurostat relativos ao 3.º trimestre de 2016):



No que concerne ao emprego, a taxa de desemprego nos EUA cifrou-se nos 4,9%, o que significa uma estabilização deste indicador face ao ano anterior (5% em 2015). Já na Zona Euro, as taxas de desemprego mantiveram-se abaixo das apresentadas no período homólogo de 2015, tendo-se fixado em 9,8% (10,5% no final do 3.º trimestre de 2015). As menores taxas de desemprego (com base nos dados do 3.º trimestre de 2016) são observadas na República Checa (3,9%) e na Alemanha (4,1%), sendo as maiores na Grécia (23,1%) e em Espanha (19,1%). Portugal apresentava a esta data uma taxa de desemprego de 10,9%, a sexta mais elevada da UE. É importante realçar que a descida deste indicador em Portugal tem sido relativamente sustentada: a taxa de desemprego desceu de 13,3% período de 2014, para 12,2% em 2015 e 10,5% em 2016. Um dos aspetos mais preocupantes no que respeita ao mercado de trabalho é o desemprego jovem, cuja taxa de desemprego, em dezembro de 2016 estava fixada em 26,2%. A população desempregada em dezembro de 2016 foi estimada em 520.700 pessoas, uma diminuição homóloga de 19,5% (menos 103.300 pessoas do que em 2015). A população empregada, estimada em 4.601.600 pessoas, verificou um acréscimo de 2,6% face ao período homólogo de 2015 (mais 119.600 pessoas).

Apresenta-se de seguida o gráfico-resumo comparativo das taxas de desemprego, em percentagem, elaborado com base nos dados do 3.º trimestre de 2016 apresentados pelo Eurostat:



2.2 A nível Nacional

Do ponto de vista económico e social, o desempenho de Portugal revela um comportamento algo modesto, ainda assim promissor pela leitura que é possível obter dos últimos dados das instituições europeias e portuguesas.

Apesar do nível de incerteza antevisto pelas instituições internacionais aquando da chegada ao poder do governo socialista, suportado pelas forças políticas à sua esquerda (popularmente designada por "Geringonça"), o conjunto das metas orçamentais e de crescimento económico tem sido mantido, merecendo o beneplácito das instituições europeias e internacionais, sendo até visto por algumas entidades como um modelo alternativo válido para a superação da crise dos partidos social-democratas e democratas-cristãos europeus.

Apesar de muito ténues, as melhorias da condição macroeconómica portuguesa fazem sentir-se nomeadamente na redução da taxa de desemprego e no crescimento positivo do PIB. Assim, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a economia portuguesa registou em 2016 um crescimento de 1,4% no PIB, representando um decréscimo de apenas 0,1% face a 2015, ano em que se observou um crescimento do PIB na ordem dos 1,5%. Esta evolução foi determinada pelo contributo menos positivo da procura interna comparativamente com o verificado no ano anterior, refletindo em grande medida uma desaceleração do Investimento e, em menor grau, um ligeiro abrandamento do Consumo Privado. A Procura Externa Líquida registou um contributo positivo ligeiro, ao contrário do sucedido no ano de 2015 (de -2,1% em 2015 para 0,2% em 2016) para a variação homóloga do PIB.

A inversão da contração da Procura Interna do período 2011-2013, iniciada em 2014, manteve-se em 2016, apresentando este indicador um decréscimo de 0,2%, face ao crescimento do período homólogo, cifrando-se em 1,4%, em volume. O Consumo Privado seguiu um rumo inverso, passando esta componente da Procura Interna de um aumento de 1,9% no 4.º trimestre de 2015 para um aumento de 3,1% no período homólogo de 2016, um crescimento de 1,2%. O Investimento apresentou uma depreciação de 0,9%, em termos reais, quando comparado com o ano anterior (4,6% em 2015 e 3,7% em 2016), principalmente em resultado da redução da Formação Bruta de Capital Fixo. Em 2016, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento de 4,4% em termos reais, traduzindo-se numa desaceleração comparativamente com o observado em 2015, cujo crescimento foi de 6,1%.

As Importações de Bens e Serviços desaceleraram em 2016, registando um crescimento de 4,4% em volume (8,2% em 2015), em resultado do crescimento menos intenso de ambas as componentes. Ao contrário de 2015, as importações de bens apresentaram uma desaceleração menos pronunciada que as importações de serviços (uma redução de 3,8% e 4,4%, respetivamente).

Em Portugal, a inflação deverá ter permanecido em níveis baixos, 0,9% em 2016 (valor superior em 0,1% os valores de 2015).

No que respeita às taxas de juro (e consequentemente dos níveis de risco das Obrigações do Tesouro) a que a República Portuguesa se consegue financiar externamente, estas têm-se agravado de forma sustentada, tendo aumentado durante todos os períodos mensais desde segunda metade de 2015 até ao final de 2016. A taxa de rendibilidade média das Obrigações do Tesouro a 10 anos em dezembro de 2016 foi superior em 1,25 pontos percentuais à taxa média de rendibilidade do período homólogo (2,49% em dezembro de 2015 e 3,74% em dezembro de 2016), o que representa um agravamento considerável das condições de financiamento externo do estado português. O Bid-to-Cover Ratio (rácio que compara as ações de compra recebidas com as efetivamente aceites) dos leilões de dívida pública no mercado secundário tem-se reduzido, ficando ainda assim acima dos valores que as instituições financeiras consideram como sendo leilões com sucesso (2,0).

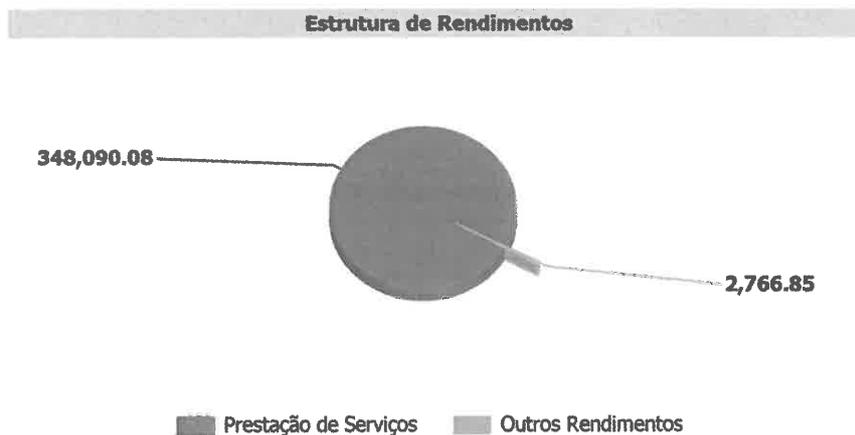
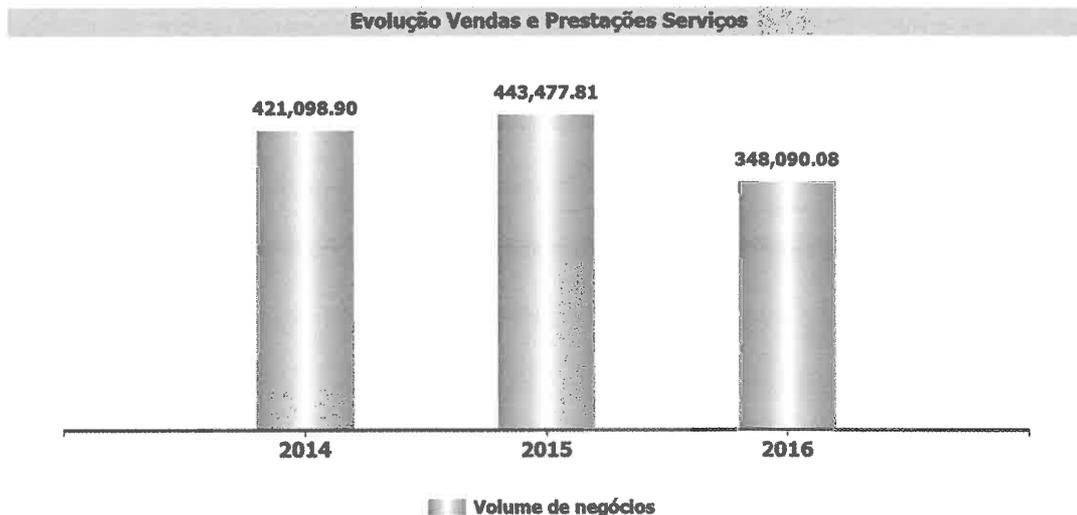
Mesmo após a conclusão do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), em maio de 2014, o financiamento do estado português está ainda bastante alavancado nas condições especiais de crédito concedidas pelas instituições europeias.

Em termos orçamentais, o défice do Estado para 2016 fixou-se, aproximadamente, nos 2,6% do PIB, de acordo com a Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO), 0,2% acima do valor estimado pelo governo aquando da elaboração do Orçamento de Estado de 2017, sendo o défice mais baixo da história da democracia portuguesa.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

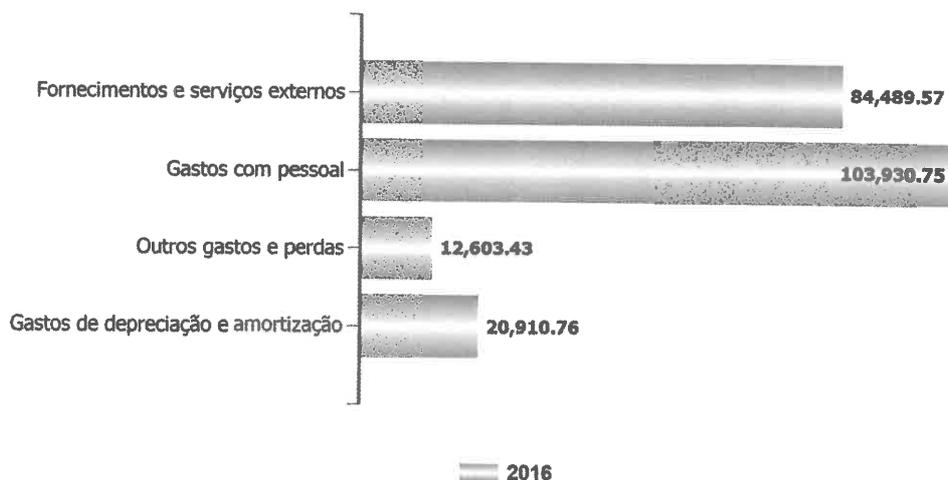
No período de 2016 os resultados espelham uma evolução negativa da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 348,090.08 €, representando uma variação de (21.50)% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:

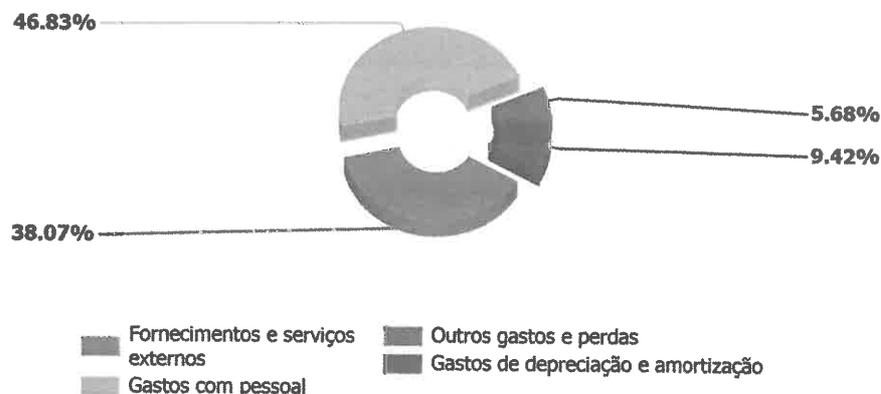


Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

Estrutura de Gastos



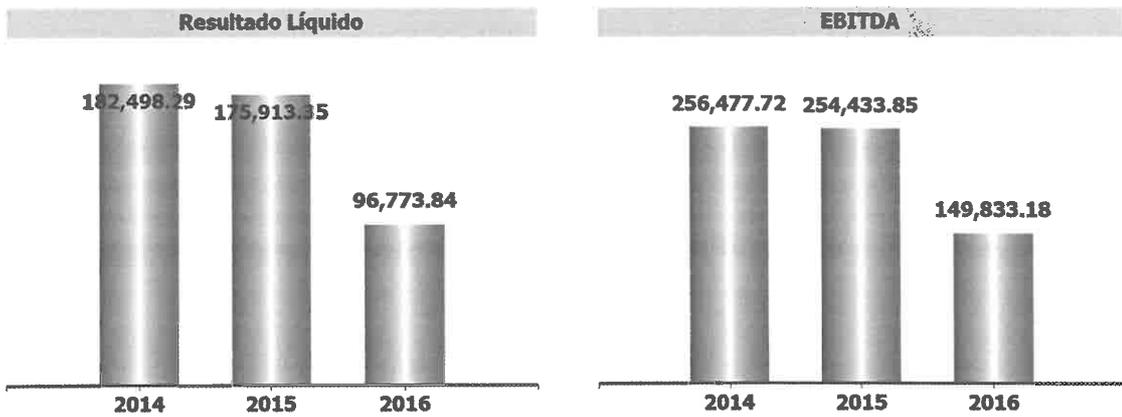
Estrutura de Gastos Percentual



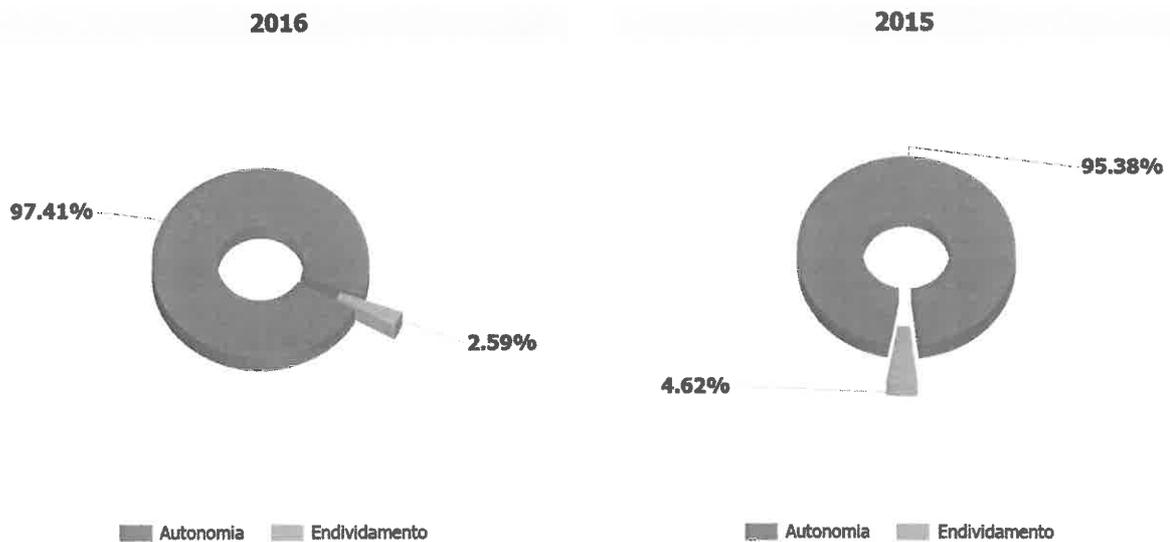
No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

RUBRICAS	PERIODOS		
	2016	2015	2014
Gastos com Pessoal	103,930.75	106,913.38	101,029.72
Nº Médio de Pessoas	4.00	4.00	3.00
Gasto Médio por Pessoa	25,982.69	26,728.35	33,676.57

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2016		2015	
Ativo não corrente	118,887.91	18 %	54,221.64	9 %
Ativo corrente	559,850.47	82 %	537,545.93	91 %
Total ativo	678,738.38		591,767.57	

RUBRICAS	2016		2015	
Capital Próprio	661,175.92	97 %	564,402.08	95 %
Passivo não corrente	0.00	0 %	0.00	0 %
Passivo corrente	17,562.46	3 %	27,365.49	5 %
Total Capital Próprio e Passivo	678,738.38		591,767.57	

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A MEDIADORA DE SEGUROS RODRIGUES, LDA no período económico findo em sábado, 31 de dezembro de 2016 realizou um resultado líquido de 96,773.84€, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	
ANO	2016
Reservas Livres	96,773.84

5 - Expetativas Futuras

5.1. Cenário macroeconómico

Para 2017 e 2018, as projeções do FMI apontam para uma melhoria ligeira do desempenho da economia mundial, assente na manutenção do crescimento das economias avançadas, e numa gradual retoma de crescimento das economias emergentes, especialmente dos países emergentes asiáticos (sobretudo a Índia). Esta projeção aponta, contudo, para um crescimento menos robusto face à década de 2000, refletindo políticas económicas menos expansionistas, preços de matérias-primas mais baixos (exemplo manifesto do petróleo) e, também, o agravamento de tensões geopolíticas em alguns desses países (nomeadamente a crise síria e a instabilidade do Médio Oriente decorrente sobretudo das novas ameaças do designado islão político).

Estima-se que o crescimento das áreas em desenvolvimento da Europa e Ásia Central tenha abrandado para um nível mais baixo do que previsto em 2015, à medida que a recuperação hesitante na Zona Euro e recessão na Rússia colocam desafios adicionais a esta macrorregião. O crescimento da Turquia esteve em linha com as expetativas de retraimento motivadas pela contração do sector do turismo. A recessão na Rússia sustém ainda o crescimento na Comunidade dos Estados Independentes (ex-repúblicas soviéticas), enquanto uma recuperação gradual na Zona Euro deverá estabilizar o crescimento na Europa Central e Oriental ao longo do horizonte de previsão.

As projeções para a economia portuguesa apresentadas pelo Banco de Portugal apontam para que, em 2017,

se prolongue a linha de recuperação económica moderada, já visível em anos anteriores. As mais recentes projeções para a economia portuguesa apontam para uma recuperação moderada da atividade económica no horizonte de previsão 2017-2019, após uma contração acumulada de cerca de 6% no período 2011-2013, no contexto do processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo das últimas décadas, e em linha com o comportamento macroeconómico nacional, particularmente desde 2014.

O Banco de Portugal, no seu Boletim de Dezembro de 2016, projeta que, a partir do final de 2016, e ao longo do horizonte de projeção (2017-2019), a economia deverá registar taxas de variação homólogas do PIB positivas, com estabilização nos períodos de 2018 e 2019 (1,4% em 2017, 1,5% em 2018 e 2019). Esta previsão é corroborada pelo BCE.

As atuais condições restritivas de acesso ao crédito irão tendencialmente manter-se, na sequência da prossecução do processo de desalavancagem do setor bancário. A recuperação do investimento empresarial deverá beneficiar o fomento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). Este indicador apresentará em 2017, 2018 e 2019 um crescimento sustentado, com variações máximas estimadas de 0,2 pontos percentuais entre os períodos.

De acordo com a previsão do Banco de Portugal, a dinâmica da economia portuguesa deverá continuar a ser maioritariamente assegurada pelo desempenho das exportações. Por sua vez, o consumo privado deverá registar um período de estabilização durante os períodos económicos da previsão na ordem dos 1,3%/1,4%. Também para o mesmo horizonte de projeção se prevê que a taxa de poupança mantenha a trajetória descendente observada nos dois anos anteriores.

As exportações deverão retomar um ritmo de crescimento sustentado em 2017, em linha com o período anterior a 2016 (ano em que um abrandamento foi registado), invertendo-se nos restantes períodos de análise.

Relativamente ao mercado de trabalho é prevista uma melhoria deste indicador. No Orçamento do Estado para 2017, o Governo antevê uma taxa de desemprego de 10,3%, corroborando a perspetiva de descida moderada vaticinada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

Após uma relativa estabilização da inflação em 2016, projeta-se um aumento progressivo dos preços em consonância com o crescente contributo positivo da componente não energética (1,4% em 2017, 1,5% em 2018 e 2019).

No entanto, à semelhança do ocorrido em 2016, estas projeções do Banco de Portugal estão rodeadas de grande incerteza, tanto ao nível da recuperação da economia mundial, bem como da evolução futura das tensões financeiras à escala global (a mais clara entre os Estados Unidos e a China), das crises sociais e políticas europeias (aparecimento, e potencial eleição, de partidos eurocéticos com agendas mais extremadas, apenas a título de exemplo) e, em particular, da resposta institucional das instâncias europeias ao pós-crise das dívidas soberanas na área do euro.

Portugal terá de promover o desenvolvimento económico num quadro internacional ainda marcado pelo abrandamento da economia mundial em 2012 e 2013 (resultado das crises financeira e das dívidas soberanas), e que se encontra ainda em processo de demorada reversão. Este desenvolvimento terá que passar necessariamente pelo aumento da eficiência do sistema judicial e pela redefinição do papel do Estado (está ainda por realizar a famigerada reforma do Estado com as consequências sociais, económicas e políticas daí resultantes), de forma a estimular o investimento e a inovação. As políticas de apoio à criação de emprego apenas terão sucesso se os entraves ao investimento forem retirados.

Estas condições são indispensáveis ao sucesso no período pós-processo de ajustamento económico e financeiro e à construção de um paradigma económico que promova o crescimento sustentável da economia portuguesa, mantendo um consenso institucional e coesão social satisfatórios para todos os agentes económicos.

A instabilidade dos mercados ainda se mantém, mesmo depois do fim do programa de ajuda externa, estando ainda por definir, com a clarividência necessária, quais os mecanismos europeus de ajuda ao retorno aos mercados dos países intervencionados ao abrigo do Programa de Assistência Económica e Financeira, e em que medida a União Europeia, enquanto macrorregião e união económica de estados, se reestruturará

internamente e se fará impor no conturbado plano geopolítico internacional.

5.2 Evolução previsível da sociedade

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que futuro próximo a empresa venha a ter um ligeiro crescimento.

6 - Outras Informações

A MEDIADORA DE SEGUROS RODRIGUES, LDA não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2016.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.
Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da MEDIADORA DE SEGUROS RODRIGUES, LDA.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, e o Anexo.

8 - Anexo ao Relatório de Gestão

Agueda, 3 de Março de 2017

A Gerencia



A Gerência

Administração/ Gerência

Balanço - (modelo para ME) em 31-
12-2016
(montantes em euros)

MEDIADORA DE SEGUROS RODRIGUES, LDA

RUBRICAS	DATAS	
	2016	2015
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	118,726.13	54,137.62
Investimentos financeiros	161.78	84.02
	118,887.91	54,221.64
Ativo corrente		
Estado e outros entes públicos	6,062.42	
Outros ativos correntes	494,948.52	496,177.51
Caixa e depósitos bancários	58,839.53	41,368.42
	559,850.47	537,545.93
Total ativo	678,738.38	591,767.57
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital próprio		
Capital subscrito	30,000.00	30,000.00
Reservas	534,402.08	358,488.73
Resultado líquido do período	96,773.84	175,913.35
Total do capital próprio	661,175.92	564,402.08
Passivo		
Passivo não corrente		
Passivo corrente		
Estado e outros entes públicos	3,071.19	14,224.99
Outros passivos correntes	14,491.27	13,140.50
	17,562.46	27,365.49
Total do passivo	17,562.46	27,365.49
Total do capital próprio e do passivo	678,738.38	591,767.57



Mediadora de Seguros
Rodrigues, Lda.

A Gerência
Administração / Gerência

[Handwritten signature]

Técnico Oficial de Contas Nº 59214

[Handwritten signature]

**Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo para ME) do período de 2016
(montantes em euros)**

**MEDIADORA DE SEGUROS
RODRIGUES, LDA**

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2016	2015
Vendas e serviços prestados	348,090.08	443,477.81
Subsídios à exploração	2,766.85	2,766.85
Fornecimentos e serviços externos	(84,489.57)	(75,985.46)
Gastos com o pessoal	(103,930.75)	(106,913.38)
Outros gastos	(12,603.43)	(8,911.97)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	149,833.18	254,433.85
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(20,910.76)	(24,141.53)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	128,922.42	230,292.32
Resultado antes de impostos	128,922.42	230,292.32
Imposto sobre o rendimento do período	(32,148.58)	(54,378.97)
Resultado líquido do período	96,773.84	175,913.35



A Gerência
Administração / Gerência

[Handwritten signature]

Técnico Oficial de Contas Nº 59214

[Handwritten signature]

ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

MEDIADORA DE SEGUROS RODRIGUES, LDA

ANO : 2016

ÍNDICE

0 - INFORMAÇÃO ADICIONAL / COMPLEMENTAR AO BALANÇO

0.0 INFORMAÇÃO ADICIONAL / COMPLEMENTAR



Mediadora de Seguros
Rodrigues, Lda.

A Gerência

Administração/ Gerência

Notas às Demonstrações Financeiras



A Gerência

Administração/ Gerência

INFORMAÇÃO ADICIONAL / COMPLEMENTAR AO BALANÇO**INFORMAÇÃO ADICIONAL / COMPLEMENTAR**

1. - Total de compromissos financeiros não incluídos no balanço
2. - Total de garantias ou ativos e passivos contingentes não incluídos no balanço
3. - Natureza e forma das garantias reais prestadas
4. - Compromissos em matéria de pensões
5. - Compromissos face a empresas coligadas ou associadas
6. - Montante dos adiantamentos e dos créditos concedidos aos membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão, com indicação de:
 - 6.1. - Taxas de juro e principais condições
 - 6.2. - Montantes eventualmente reembolsados, amortizados ou objeto de renúncia
 - 6.3. - Compromissos assumidos em seu nome a título de garantias de qualquer natureza, com indicação do montante global para cada categoria
7. - Ações/quotas próprias adquiridas quer diretamente, quer por intermédio de pessoa atuando em nome próprio mas por conta da entidade:
 - 7.1. - Motivos das aquisições efetuadas durante o período
 - 7.2. - Número e valor nominal ou, na falta de valor nominal, o valor contabilístico das ações/quotas adquiridas e alienadas durante o período, bem como a fração do capital subscrito que elas representam
 - 7.3. - Contravalor das ações/quotas, no caso de aquisições ou alienação a título oneroso
 - 7.4. - Número e o valor nominal ou, na falta de valor nominal, o valor contabilístico do conjunto das ações/quotas adquiridas e detidas em carteira, bem como a fração do capital subscrito que elas representam

PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS
para efeitos do artigo 4º da Norma Regulamentar n.º 15/2009-R, de 30 de Dezembro

a) Políticas contabilísticas adoptadas para reconhecimento das remunerações

O agente de seguros reconhece o rédito/remuneração de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra – embora admita exceções – no exercício da atividade de mediação de seguros, reconhece contabilisticamente o rendimento:

- Aquando do pagamento, por parte do tomador, dos prémios relativos aos contratos de seguros.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo

Por natureza	Remunerações (€)	
	Ano 2015	Ano 2016
Numerário	443477,81€	348090,08€
Espécie	€	0€
TOTAL	443477,81€	348090,08€

443477,81

Por tipo	Remunerações (€)	
	Ano 2015	Ano 2016
Comissões	443477,81€	348090,08€
Honorários	€	€
Outras remunerações	€	€
TOTAL	443477,81€	348090,08€

c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregadas por Ramo “Vida”, Fundos de Pensões e conjunto dos ramos “Não vida”, e por origem

Por entidade (origem)	Ramo Vida		Ramos Não Vida	
	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2015	Ano 2016
Empresas de seguros				
ALLIANZ	231048,88€	104483,33€	199954,74	219787,66€
TRANQUILIDADE	10,86€		366,66€	86,27€
MAPFRE			2357,90€	2049,49€
AÇOREANA	35,44€	35,40€	7385,91€	9843,84€
MAPFRE VIDA		90,30€		
GENERALI VIDA	2049,56€	9176,13€		€
GENERALI		€	267,86€	2473,74€
METLITE EUROPE		63,92€		
TOTAL	233144,74€	113849,08€	210333,07€	234241,00€

d) Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira

Por entidade (origem)	Remunerações (%)	
	Ano 2015	Ano 2016
Empresas de seguros		
ALLIANZ	97,19%	93,16%
RESTANTES	2,81%	6,84%
TOTAL	100,00%	100,00%

e) Valores das contas "clientes"

Contas "clientes"	Valores das contas "clientes"	
	Ano 2015	Ano 2016
Início exercício	€	€
Final exercício	€	€
Volume movimentado no exercício		
A débito	€	€
A crédito	€	€

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

Por entidade (origem)	Saldo contabilístico existente no final do exercício			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2015	Ano 2016
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	€	€	€	€
Empresas de seguros	35700,27€	0€	€	€
TOTAL	35700,27€	0€	€	€

g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

Por natureza	Saldo contabilístico existente no final do exercício			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2015	Ano 2016
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	€	€	€	€
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	€	€	€	€
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res)seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros no caso da actividade de mediação de resseguros)	€	€	€	€
Remunerações respeitantes a prémios de (res)seguro já cobrados e por cobrar	35700,27€	0€	€	€
Outras quantias	€	€	€	€
TOTAL	35700,27€	0€	€	€

h) Idade das contas a receber vencidas à data de relato (final do exercício)

Contas a receber	Até 30 dias	
	Ano 2015	Ano 2016
Sem imparidade	35700,27€	0€
Com imparidade	0€	0€
TOTAL	35700,27€	0€



Mediadora de Seguros
Rodrigues, Lda.

A Gerência

